

# EUCLIDES DA CUNHA E A INTERPRETAÇÃO DA FORMAÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL DO BRASIL

Hugo Arruda de Morais<sup>1</sup>  
Alyne Karolayne Melquiades Souza da Silva<sup>2</sup>  
Noême Martins de Araújo<sup>3</sup>

## Resumo

Com o objetivo de recolocar como a racionalidade e subjetividade em Euclides de Cunha permitiu uma interpretação da formação histórico-territorial do Brasil, o presente artigo retoma uma questão fundamental para a reflexão sobre a importância de escritos dos séculos XIX e XX para a compreensão da problemática das disparidades territoriais no Brasil. A consulta, análise e reflexão de obras como *Os Sertões* e *À Margem da História* constituiu o caminho metodológico escolhido para reconstruir a visão sobre a formação histórica e geográfica da nação. A conclusão geral à qual se chegou traduz-se, principalmente, na ideia de que Euclides da Cunha não somente estabeleceu uma definição do que seria o Brasil, mas também, apresentou uma interpretação das disparidades territoriais.

**Palavras-chave:** Euclides da Cunha. Saber Geográfico. Território do Brasil

## EUCLIDES DA CUNHA AND THE INTERPRETATION OF THE HISTORICAL-TERRITORIAL FORMATION OF BRAZIL

## Abstract

Rethinking how the rationality and subjectivity in Euclides de Cunha allowed an interpretation of the historical-territorial formation of Brazil, the present article reflects on the importance of writings of the 19th and 20th for understanding the problematic of territorial disparities in Brazil. The reading, analysis, and reflection on works such as *Os Sertões* and *À Margem da História* constituted the methodological path chosen to reconstruct the view on the historical and geographical formation of the nation. The general conclusion is that Euclides da Cunha not only established a definition of what Brazil is but also presented an interpretation of the territorial disparities.

**Key-words:** Euclides da Cunha. Geographical Knowledge. Territory of Brazil.

---

<sup>1</sup>Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: hugo.geografia@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: alykarolayne@gmail.com

<sup>3</sup>Mestra em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: noemimartins@ufrn.edu.br

## EUCLIDES DA CUNHA Y LA INTERPRETACIÓN DE LA FORMACIÓN HISTÓRICO-TERRITORIAL DE BRASIL

### Resumen

Con el objetivo de reintroducir cómo la racionalidad y la subjetividad en Euclides de Cunha permitieron una interpretación de la formación histórico-territorial de Brasil, este artículo retoma una cuestión fundamental para la reflexión sobre la importancia de las escrituras de los siglos XIX y XX. para comprender el problema de las disparidades territoriales en Brasil. La consulta, análisis y reflexión de obras como *Os Sertões* y *À Marguem da História* constituyó el camino metodológico elegido para reconstruir la visión sobre la formación histórica y geográfica de la nación. La conclusión general alcanzada se traduce principalmente en la idea de que Euclides da Cunha no solo estableció una definición de lo que sería Brasil, sino que también presentó una interpretación de las disparidades territoriales.

**Palabras claves:** Euclides da Cunha. Conocimiento geográfico. Territorio de Brasil.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Euclides da Cunha é considerado, por muitos críticos, um dos maiores escritores do Brasil. Com textos que dialogam com o romantismo e o idealismo do século XIX e o cientificismo e o materialismo do século XX, o autor conseguiu ficcionar elementos que perpassam a nossa cultura e que retratavam os problemas e aflições sociais de camadas mais pobres da população. Além disso, Euclides construiu uma narrativa literária e científica que foi capaz de apontar processos da formação histórico-territorial do país.

Com uma forte dimensão espacial, a ascensão de *Os Sertões*, publicado em 1902, e *À Margem da História*<sup>4</sup>, lançado sete anos após o primeiro, em 1909, consagrou o jornalista do Rio de Janeiro dentre aqueles que compreendiam as diversas problemáticas da Nação, no período em tela, principalmente, por articular, em suas interpretações, questões latentes e inerentes da natureza de nossa constituição social e da lógica de uso e ocupação do meio tropical.

Ao representar a jovem pátria, as metáforas, os símbolos e relação entre imaginário e real permitiram apontar os caminhos da dinâmica da relação entre sociedade, natureza e

<sup>4</sup> Ambos os livros surgem como fruto de viagens realizadas por Euclides. Desse modo, *os Sertões* (1902) foi originado da expedição militar feita à guerra de Canudos, deflagrada em 1896 no interior baiano. O intuito do escritor foi de produzir uma obra que relatasse sua visão para além do conflito, sendo assim, produziu um escrito que dividiu em três partes centrais, a destacar: a Terra, o Homem e a Luta. Enquanto isso, *À margem da história* (1909) surge como o propósito de maior relevância de sua vida, o de discorrer sobre a selva amazônica. Em sua trajetória ao Alto Purus (AM), o autor produz uma série de ensaios que retratam o meio e a sociedade do local com o objetivo de produzir sua segunda obra vingadora, porém falece antes de concretizar seu desejo. Posterior a sua morte, os ensaios são unificados e dão origem a obras como *Amazônia: Um paraíso perdido* (2021).

território. Mesmo a partir de uma visão com forte tendência ao determinismo ambiental e, em certa medida, preconceituosa, o escritor não se furtou de observar as dinâmicas de constituição de um Estado-nação e as desigualdades e injustiças socioespaciais presentes no território.

Por meio de uma linguagem que permeava uma fronteira tênue, mas indissociável, entre as ideias ilustradas europeias e a sapiência artística nacional, Euclides da Cunha não somente estabeleceu uma definição do que seria a sua pátria, mas também, apresentou uma interpretação das disparidades territoriais, por meio de um movimento de ideias entre história, ficção, razão e realidade.

Com efeito, a capacidade de retratar as duas regiões insuladas do território nacional, o sertão baiano e, posteriormente, a selva amazônica, a produção literária de Euclides apresenta um imenso saber geográfico, uma vez que traduziu aspectos do povo e da natureza tropical. Nesse sentido, e dentro de um contexto de ausência de ciências sociais institucionalizadas no século XIX e início do XX, percebe-se em *Os Sertões* e em *À Margem da História* uma análise reflexiva sobre a história e a geografia do Brasil.

Nesse entendimento, o presente artigo possui como objetivo central recolocar como a racionalidade e subjetividade em Euclides de Cunha permitiu uma interpretação da formação histórico-territorial do Brasil. Esse propósito surgiu com a preocupação de compreender como alguns escritos, do período em tela, apresentam um forte arcaísmo histórico e espacial, tornando-se reveladores da problemática das disparidades territoriais do país.

Além dessas considerações iniciais (primeira seção), estruturamos este escrito apresentando o método utilizado para a operacionalização do referido objetivo segunda seção); mostrando a importância do debate sobre a questão nacional no século XIX (terceira seção); a indissociabilidade entre subjetividade e racionalidade na linguagem euclidiana (quarta seção); da interpretação histórico-territorial do Brasil nos textos de *Os Sertões* e *À Margem da História* (quinta seção); e as considerações finais (sexta e última seção).

## MÉTODO DE ABORDAGEM

O método de abordagem foi construído com o suporte teórico centrado numa perspectiva analítico-reflexiva, por meio de uma representação espacial de um país dividido

entre opostos, tanto em termos físicos, quanto sociais e econômicos, e que se fazem presentes nos escritos euclidianos. A interpretação da racionalização e da emoção em *Os Sertões* e em *À Margem da História* permitiu reconstruir a visão do autor sobre a formação histórica e geográfica da nação.

A despeito disso, parte-se da perspectiva apontada por Andrade (1977), de que no cenário de ausência das ciências humanas institucionalizadas, no âmbito universitário, diversos intelectuais assumiram a função de leitura e interpretação da realidade nacional. Com isso, as manifestações culturais desses escritores apresentavam-se como caminhos interpretativos da construção do território brasileiro, principalmente, nas análises da relação do homem com o meio e nas variadas formas de organização e desempenho humano na superfície terrestre (ANDRADE, 1977).

Nessa perspectiva, o pensamento espacial no Brasil tem suas bases no século XIX, e já início do século XX, a partir de “trabalhos de alto interesse geográfico, embora não metodologicamente geográficos” (ANDRADE, 1977, P. 7). Outrossim, a história da ciência geográfica no país é resultado das análises e dos debates em torno da formação da sociedade e dos vários tipos de intervenção que esta executa na natureza, permitindo, com isso, reflexões de outras áreas do saber e formas de conhecimento (ANDRADE, 1977).

Por isso, e dentro do âmbito da História da Geografia, não se nega a produção do conhecimento geográfico anterior à institucionalização universitária da ciência no país, mas, reafirma-se a condição de que a introdução dos parâmetros científicos não se deu de forma homogênea, e nem que parte de um local centralizador. Antes, expande-se, ao longo do território, no decorrer de um lento processo de criação de institutos, faculdades, universidades, conferências e museus (SÁ, 2006).

Sendo assim, os sujeitos que produziam conhecimentos de cerne geográfico no Brasil, provinham, também, de cursos como a engenharia, do direito e da própria Literatura. Tais bacharéis e intelectuais projetavam nos seus escritos um modo de narrar, descrever e interpretar a realidade nacional imersa em transmutações (ANDRADE, 1977).

Assim, considera-se que há no século XIX, o surgimento das bases de uma Geografia de feições brasileiras e que se baseava em reflexões respeito da formação social e territorial (CANDIDO, 2006). Portanto, não se despreza as contribuições prestadas pelos Comissões Geográficas, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, até porque, o próprio Euclides da Cunha, tornou-se membro do IHGB, em

1903, e forneceu uma vital assistência ao longo de sua curta trajetória. Mas, o que se assume no presente escrito, é a condição de que diversos escritores deram grandes contribuições a análise espacial, a partir da relação entre o povo e seu território.

Nessa perspectiva, discutir sobre tal processo, mediante a visão dos intitulados “homens de letras”, com o enfoque no jovem engenheiro Euclides da Cunha, permite compreender como os livros *Os Sertões* e *À Margem da História* construíram uma interpretação da formação histórico-territorial do Brasil. Ao mesmo tempo, isso possibilita uma leitura do diálogo existente entre a ciência e a arte nos escritos euclidianos.

Nesse sentido, e com vistas à operacionalização da referida abordagem, visando à concretização do objetivo do presente escrito, foi empregado a hermenêutica (GADAMER, 1997) como recurso metodológico para a análise dos textos que tratam do tema, o que permitiu a compreensão e interpretação do conteúdo central, dando-nos subsídios para utilização desse procedimento como caminho investigativo no tocante a linguagem utilizada por Euclides da Cunha.

Outrossim, a técnica do uso de mapas – representando como o autor concebia o Brasil e a formação histórico-territorial nos seus textos – é uma tentativa de demonstrar de modo mais explícito em que medida a sua leitura de nação perpassava uma dimensão espacial. Nesse caminho, o recorte espacial da análise compreende o Brasil na visão euclidiana, principalmente, na interpretação posta nos dois livros centrais do presente escrito.

## **A IDENTIDADE NACIONAL COMO QUESTÃO HISTÓRICA E TERRITORIAL NO BRASIL (SÉCULO XIX): UM PERÍODO MARCADO NOS TEXTOS EUCLIDIANOS**

Um das principais características da literatura brasileira do século XIX e início do XX é ter no seu conjunto de escritos formas de representação do território, da natureza e da população. Com efeito, a formação de um sentimento de nacionalidade é quase que uma obsessão e objetivo dos intelectuais do período, principalmente, ao formularem “princípios teóricos ou interpretar de modo global a sociedade brasileira” (CANDIDO, 2006, P. 271).

Não por acaso, as transformações sociais, políticas, culturais e, conseqüentemente, espaciais, presentes na época citada, geraram discursos que debatiam as temáticas voltadas à constituição dessa identidade nacional (OLIVEIRA, 1990). Dentro dessa perspectiva, durante

esse período, se acentuou, no Brasil, um esforço de construção de uma nação livre e isso possibilitou o desejo de efetivação de uma literatura que visava a diferenciação e particularização dos temas e modos de exprimi-los (OLIVEIRA, 1990).

Assim, a construção de uma representação nacional centrada no espaço natural, ou seja, na enormidade do território e na singularidade de sua natureza tropical, estabeleceu um imaginário da relação entre território e povo. Nesse sentido, a literatura nacional assumiu a tentativa de criar uma imagem do Brasil, quase como um conjunto de escritos que, por meio de toda uma simbologia e de um conjunto de saberes científicos, apresentava elementos e/ou caminhos interpretativos da formação histórico-territorial da nação.

Com efeito, e dentro de um processo quase que indissociável, a história e a realidade passavam a dialogar e a formar uma série de discursos que narravam o quadro de disparidades, desigualdades e injustiças sociais, regionais e nacionais do acontecer brasileiro. Com uma sociabilidade de tramas e contextos espaciais, a literatura passou a assumir, em seus temas e nas formas de expressão, as situações reais e, por meio de uma linguagem artística, a narrar um “imaginário social” que “qualifica o espaço e seus objetos, conferindo-lhes significados nas representações sociais” (CASTRO, 2006, n.p.).

Por isso, a união entre a emoção e a razão possibilitou não só “escrever sobre sua terra” (CANDIDO, 2000, p. 26), mas, também, relatar e construir todo um arcabouço discursivo sobre o nosso quadro natural e societário. Nesse sentido, ao descrever e/ou narrar os fatos e a realidade brasileira, os escritores conciliavam a literatura e história, ficção e sociedade. Nesse âmbito, ainda, os textos e obras tornavam-se um instrumento e uma forma de ação do escritor que buscava conhecer e falar do país, conforme lembrou Sevcenko (2003).

Logo, a literatura oitocentista era uma produção discursiva que trazia um “sentido histórico e excepcional poder comunicativo” que possibilitou uma leitura da sociedade, numa quase busca de “autoconhecimento” (CANDIDO, 2006, p. 27). Isso permitiu que a composição dos textos tivesse uma característica de ser, ao mesmo tempo, “universal e nacional, técnico e emocional, que a plasmaram como permanente mistura da tradição europeia e das descobertas do Brasil” (CANDIDO, 2006, p. 27).

Tal perspectiva é fundamental, pois a ideia do que seria o Brasil, e de todo o fictício envolto na definição da pátria, é resultado de uma marcha histórica ampla<sup>5</sup>, mas também,

<sup>5</sup> Para Anderson (2008), “qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada” (ANDERSON, 2008, p.33). Essa afirmativa apresentada por ele se fundamenta na compreensão de que há um “o imaginário nacionalista” ascendente. Ou seja, a partir do século XIX, junto com

específico de nossa realidade (IANNI, 2004). Por isso, nação, história e discurso passam a se conectar com a ciência e a arte, possibilitando diversas interpretações sobre a nossa identidade.

Segundo Ianni (2004), ao longo desse processo identitário:

Muitos estão interessados em compreender, explicar ou inventar como se forma e transforma a nação, quais as suas forças sociais, seus valores culturais, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas. Preocupam-se com o significado das diversidades regionais, étnicas ou raciais e culturais, além das sociais, econômicas e políticas. Meditam sobre as três raças tristes, explicam a mestiçagem, imaginam a democracia racial. Procuram nas desigualdades regionais, raciais e outras na natureza e na história passada. Inquietam-se com o fato de que a maior nação católica do mundo flutua sobre a religiosidade afro e indígena. Espantam-se com o divórcio entre as tendências da sociedade civil e as do poder estatal. Debruçam-se sobre o passado próximo e remoto, buscando raízes nos séculos de escravidão (IANNI, 2004, p.24).

Nesse entendimento, a história do país, no referido momento, ficou delimitada pela conjuntura emancipatória do jugo da colonização nos trópicos e pela consistente peleja de alcançar o desenvolvimento econômico, político e social. Esse intervalo de tempo caracteriza-se por transformações e modificações que possibilitaram inserir a nova nação no mundo<sup>6</sup>. E a literatura era a forma de manifestação que impulsionava um novo pensar no país, por meio de uma série de intelectuais engajados em conhecer e mostrar o Brasil para si e o mundo.

Por isso, a partir da segunda metade do mesmo século, conforme aponta Oliveira (1990), houve uma ênfase à questão da identidade nacional, tendo por base a realidade desigual, de passado colonial e presente imperial e o diálogo com as concepções científicas e filosóficas ligadas às teorias sociais raciais da Europa. O que, na perspectiva de Ortiz (1985), fez com que a “construção simbólica” do povo, do território, da natureza e do Estado fosse fruto de uma pluralidade de interpretações que se possibilitaram pensar as nossas singularidades, dentro da dimensão espaço-tempo.

Em consequência, vários intelectuais, dentre eles, Euclides da Cunha, colocavam a

---

os ideais modernistas, há a construção de um modo reflexivo de pensar a nação, através de um conjunto de representações simbólicas e de sentimento unificador, onde o indivíduo torna-se o nós. Diante disso, pode-se entender que a nação, enquanto um construto social e político, é um feito recente, fruto da expansão das ideias Iluministas (HOBBSAWM, 1990) e da inserção de discursos modernos que foram condicionando uma nova significação e valorização identitária e simbólica (OLIVEIRA, 1990).

<sup>6</sup> Dentre desses marcos, destacamos que a chegada da Monarquia Portuguesa ao Brasil (1808), a Declaração de Independência (1822), a Promulgação da Lei Rio Branco (1871), a Abolição da Escravatura e a implementação do trabalho livre (1888), a Proclamação da República (1889) e a Revolução de 1930 (1930) estabeleceram símbolos de um período (COSTA E SILVA, 2011; CARVALHO, 2012), ao mesmo tempo que se tornaram centrais para desencadear um processo de tentativa de modernização.

superação do Império como saída, ao mesmo tempo em que davam centralidade à questão das raças na formação da nação, como caminho interpretativo do que seria o Brasil e sua natureza e formação junto ao mundo (OLIVEIRA, 1990). Desse modo, observa-se que nesse momento “a palavra de ordem da ‘geração modernista de 1870’ era condenar a sociedade ‘fossilizada’ do império, e pregar as grandes reformas redentoras; ‘a abolição’, ‘a república’ e ‘a democracia’” (SEVCENKO, 2003, p.97).

A vista dessas perspectivas, entende-se, que essas transições sociais, políticas e econômicas tornaram evidentes a necessidade de se repensar as problemáticas do Brasil, que passavam pela mestiçagem, pela cidadania, pela organização das terras, pelo quadro da natureza tropical e pela perspectiva de nação. Por isso, conforme aponta Ianni (2004), esse é o momento histórico que permitiu pensar a questão nacional. Para isso, a união entre ciência e arte possibilitou uma construção de textos literários que apresentavam figuras imaginativas do Brasil e que particularizava as extensões territoriais e suas territorialidades.

O processo acima, resultou, dentre outros aspectos, em duas obras de Euclides da Cunha, escritos que sintetizam bem essa união entre ciência e arte na construção de uma ideia de Brasil, por meio da relação entre sociedade, natureza e território.

## **SUBJETIVIDADE E RACIONALIDADE: AS MARCAS DE UM TEMPO NA LINGUAGEM E NA OBRA EUCLIDIANA**

Os textos *Os Sertões* e *À Margem da História* condensam bem as marcas desse quadro histórico brasileiro, principalmente, por apresentar uma linguagem que era um consórcio entre o artístico/ficcional e científico/racional. A ciência e a arte unidas, assim, formavam um saber que, em Euclides, ganharam notoriedade e permitiam a transição dos movimentos do acontecer político e social que incidiam sob recortes territórios do Brasil.

Nesse caminho, o escritor brasileiro constrói a sua perspectiva de leitura da realidade que permeava a razão emocionada e que estava dentro de um jogo entre ideias, linguagens, fatos históricos e reais. O próprio deixa bem claro tal posição, em correspondência ao amigo José Veríssimo, ao afirmar que estava “convencido que a verdadeira impressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta” (CUNHA, 1902).

Por isso, a partir de uma concepção científica de evolução da história da nacionalidade, tendo por base os “princípios evolutivos do desenvolvimento humano”,

cruzando-os com a “ideologia racial pessimista do sociólogo galego-austriaco Ludwig Gumplowich” (AMORY, 2009, p. 167), Euclides trazia uma dimensão científica para narrar os fenômenos sociais e naturais:

[...] Euclides da Cunha procedia a uma rigorosa seleção dentre os fatos reais, só elegendo para compor os seus textos aqueles que condensassem em si uma grande potencialidade como fenômenos sociais ou naturais (SEVCENKO, 2003, p. 160).

Porém, ao mesmo tempo, e de forma indissociável, o escritor apresentava uma condição de imaginação e fantasia ao descrever as imagens da realidade territorial brasileira. Por isso, o autor, ao pensar o Brasil, foi capaz de traçar uma teoria interpretativa a partir de símbolos e representações, que vistos de modo isolado, podem parecer sem sentido ou com uma lógica incapaz de mostrar o que era a nação naquele período histórico.

Nesse sentido, e dentro de uma visão dicotômica, ele trouxe em seus textos uma concepção de território entre sertão e litoral, sertão e selva, norte e sul, atraso e modernidade. Essa posição, e forma de olhar a ocupação humana no espaço geográfico, vai tecendo uma imagem de um país profundo e híbrido, existente, inventado e, em certa medida, desconhecido. Uma nação que tinha grandes diversidades e que precisaria ser integrada não só ao mundo, mas internamente.

Com efeito, e nas duas obras supramencionadas, Euclides se coloca como um escritor que mostrava aos brasileiros a sua realidade histórica e geográfica. Por exemplo, em *Os Sertões*, redigido com base nas suas anotações de campo realizadas na expedição de Canudos (BA), ele assume o papel “advogado dos pobres sertanejos assassinados por uma sociedade pulha, covarde e sanguinária” (CUNHA, 2017).

Já sobre o homem amazônico, centralidade do livro *À Margem da História*, o escritor traz uma clara preocupação com a integração de parcela da população da selva amazônica dentro do processo de acontecer histórico e territorial do Brasil. Em sua entrevista ao *Jornal do Commercio*, no ano de 1906, o escritor deixa claro essa posição sobre aquela parcela da sociedade brasileira:

Escuso-me de os apresentar. Seja como for, põe-se de manifesto a urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma forma qualquer do homestead que o consorcie à terra.  
— Aí está uma bela tese para um livro...  
— Que farei, talvez, se mo permitir a engenharia errante e torturada... (CUNHA, 1906, s/n).

Tal posicionamento do autor, coloca-o dentre aqueles que denunciavam as injustiças

presentes no quadro socioterritorial brasileiro. Ao mesmo tempo, e dentro de sua grande capacidade de descrição de realidade com teor imaginativo, Euclides criou imagens sobre o território e o povo, colocando-os no contexto de debate ideológico sobre a nação, por meio de representações geográficas e que refletiam a formação histórico-territorial.

Por essa razão, o literato põe em debate a possibilidade da existência de um país “mal-formado, talvez in-formado ou de-formado” (FACIOLI, 2008, p.122), retratando um território e suas territorialidades dentro de “[...] disparidades [que] convivem sem se resolverem, implicando um país de polos e diferenças não-conciliáveis” (FACIOLI, 2008, p.122). Com isso, o embate de Canudos esboçou uma nação “dividida em vitoriosos e vencidos” (CUNHA, 2017, p.289). Já as descrições do homem da selva, mostrava o sujeito não alcançado pela história e separado da pátria.

Nessa perspectiva, Euclides apresentou em seus textos, temáticas latentes e que caminhavam entre o científico e literário, quase como um híbrido ao escrever. A este respeito, Sevcenko (2003) é enfático quando afirma que “Euclides da Cunha forjou um estilo elevado híbrido, subordinado sobretudo a um novo critério científico, mas conservando algo de seu conteúdo social anterior” (SEVCENKO, 2003, p. 160).

Nesse caminho, em *Os Sertões* e *À Margem da História*, há um relato da região sertaneja e a selva amazônica por meio de uma ótica metafórica, relevadora e enérgica de um poeta. Mas, também, e de forma indissociável, há descrições de um sujeito que se posicionava como um homem das letras e apegado a estrutura textual altamente elaborada e rebuscada.

Com isso, percebe-se em ambos os livros citados a presença de uma narrativa que visava combinar estéticas e estilos ao longo de sua construção. Dessa forma, o aspecto literário tem como função preencher os hiatos não presenciados pelo autor<sup>7</sup>, e o científico traz a face objetiva e factual da obra. Nesse cenário, nos dois escritos, há uma “discrepância entre as realizações artísticas e a precisão científica” (BERNUCCI, 1998, p. 6) que não invalida as obras, mas que ampliam a sua importância ao mostrar como o uso da linguagem científica e literária é capaz de retratar a realidade territorial.

Por isso, para Amory (2009), há na obra de Euclides um “Léxico mental”, ou seja,

---

<sup>7</sup> Se faz válido ressaltar que Euclides recorreu a produções científicas e monografias para construir seu arcabouço teórico anterior a viagem, isso porque o autor passou um diminuto tempo em ambas as localidades, além de ter sido atingido por inúmeras moléstias em ambas as suas expedições. Nesse caminho, visando complementar sua visão, o escritor recorreu a utilização de uma literariedade fundamentadas em um certo preparo científico para registrar suas considerações (AMORY, 2009).

uma linguagem literária difícil e com forte senso científico, uma vez que o autor ficou muito preso à sintaxe, ou seja, à construção das estruturas das frases. Configurando-se, portanto, enquanto uma linguagem que é um misto contraditório entre “século XIX literário, romântico e idealista; e o século XX, científico, naturalista e materialista” (SEVCENKO, 2003, p. 159). Isso mostra que, apesar de sua vertente científicista, o autor também buscou narrar o evento através de uma ótica poética e de prosa (BERNUCCI, 1998) e isso permitiu a construção de uma ideia de Brasil, por meio de imagens do território, sociedade e da natureza.

Nessa direção, segundo Bernucci (1998), observa-se um constante entrelaçar, entre homem das letras e da ciência, daí a sua originalidade:

Por esta razão, Euclides pode ser considerado um escritor original que, em princípio, gostava de narrar pelo simples fato de narrar, logrando assim o efeito estético desejado que iria auxiliá-lo na explicação dos fenômenos históricos e científicos. Mas o homem das ciências predomina ao longo do livro (BERNUCCI, 1998, p. 7).

Tais atributos concedem à obra um perfil histórico-ficcional com noções de ficcionalidade e literariedade (BERNUCCI, 1998). Onde, a ficção exerce um fator de compreensão a partir das convenções do uso da linguagem, tornando-nos capazes de estabelecer a veracidade do discurso. Já a literariedade, nos condiciona a distinguir o discurso em sua vertente literária ou não literária.

Por essa razão, Euclides tem uma tendência ao exagero e a intensificação dos detalhes e características do meio e do povo. Com isso, ele elabora uma imagem de Brasil e mostra as marcas da ocupação humana no espaço geográfico de forma real e imaginária, relatando o que vê como cientista e como poeta. Não por acaso, o autor expõe em sua escrita uma série de elementos textuais como paradoxos e antinomias (FACIOLI, 2008), o que permite uma visão do brasileiro como um “tipo abstrato”, resultado de um “entrelaçamento consideravelmente complexo” (CUNHA, 2017, p.95), de um processo histórico e climático que marca o quadro do Sertão nordestino e da Selva Amazônica.

Diante disso, afirma-se que Os Sertões não se apresenta enquanto uma obra apenas literária ou ficcional, mas sim um estudo com características e elementos de ambas as condições. Bernucci (1998) ressalta que:

Ao perseguir a verdade, palavra de difícil definição para o historiador, Euclides teve, muitas vezes e com alguma ousadia, que adivinhar e argumentar, principalmente por saber pouco sobre a geologia e a botânica do sertão baiano e porque apenas tinha passado uns dias em Canudos. Não deixa de haver uma certa dose de ironia nesta busca de uma precisão científica descrita por uma linguagem preta de riqueza criativa e tonalidades, essa mesma linguagem que os poetas apaixonadamente

gostam de explorar e que os cientistas procuram evitar. Por esta razão, Euclides pode ser considerado um escritor original que, em princípio, gostava de narrar pelo simples fato de narrar, logrando assim o efeito estético desejado que iria auxiliá-lo na explicação dos fenômenos históricos e científicos. Mas o homem das ciências predomina ao longo do livro. (BERNUCCI, 1998, p. 07).

Já no livro *À Margem da História*, percebe-se que essas mesmas características se apresentam. Assim, confirma Roberto Ventura (1998), que Euclides:

Recorreu, em seus escritos sobre Canudos e o Purus, a uma mesma imagem: o deserto. A imagem aproxima a floresta tropical da caatinga do semi-árido, os sertões baianos dos amazônicos. Selva e sertão são vistos como desertos por seu isolamento geográfico e povoamento rarefeito, e, sobretudo, por serem territórios ainda não explorados pela ciência, que os viajantes evitavam e que os cartógrafos excluíam de seus mapas (VENTURA, 1998, p.3).

Desse modo, enxerga-se que em ambas as obras, tanto em *Os Sertões* quanto em *À margem da História*, a narrativa do escritor segue um caminho lógico, uma vez que ao aborda a ideia de Brasil, o autor se utiliza da recorrente imagem de insulamento e afastamento geográfico de territórios pouco explorados e passíveis de construção. Isso porque, tais áreas desassociadas do território brasileiro, expunham a dicotomia e a desigualdade de nossa formação histórico e territorial.

Sendo assim, entende-se que esse idealizar do território é uma forma de demonstrar, por meio de uma literariedade e da ciência, a visão de um território “vazio”, ou seja, a perspectiva de um local onde a civilização, o poder estatal e a sociedade litorânea, ainda não alcançou.

Portanto, um olhar atento a linguagem na obra euclidiana abre caminho para compreensão não só das características da natureza tropical e da população do sertão baiano e da região do Alto Purus. Mas, também, é possível perceber o processo de uso e ocupação da terra, além, das desigualdades e das injustiças que marcavam o território e a sociedade brasileira no final do século XIX e início do XX.

## **EUCLIDES DA CUNHA E AS INTERPRETAÇÕES DA FORMAÇÃO HISTÓRICO-TERRITORIAL DO BRASIL**

Diante do acima exposto, compreende-se que Euclides da Cunha se constituiu como um escritor que, como sua geração se propunha a ser, buscou nos conhecimentos teóricos materiais uma forma de compreender a sua nação. Ao mesmo tempo, utilizou de aspectos

literários para transmitir as ideais e os caminhos seguidos na constituição da civilização e da pátria. Portanto, Euclides consegue construir representações geográficas da formação histórico-territorial do Brasil, resultando em escritos em que o espaço nacional se apresentava com grandes diversidades e desigualdades.

Com esse entendimento, o território, a natureza e a sociedade, encontravam-se, tanto n'Os Sertões como n'À Marguem da História, dentro de um enlace de situações reais e passaram a ser retratados ou representados de forma artística. De suas reflexões e descrições, expôs o passado e toda a dinâmica territorial do sertão e selva amazônica, apontando caminhos ao captar a essência da relação do homem e do meio, valorizando, inclusive, a paisagem tropical e as formas de territorialidades do sertanejo e do homem da Amazônia.

Diante de tal ideia, ter-se-á condições de apresentar a forma como Euclides observava a formação histórico-territorial do Brasil. Aqui não são colocações que se apresentam como uma etapa de um procedimento metodológico de classificação das áreas do Brasil, e que estão sistematizados em seus escritos, antes, é uma tentativa de esforço em mostrar a forma como escritor brasileiro olhava para as desigualdades de nossa formação<sup>8</sup>.

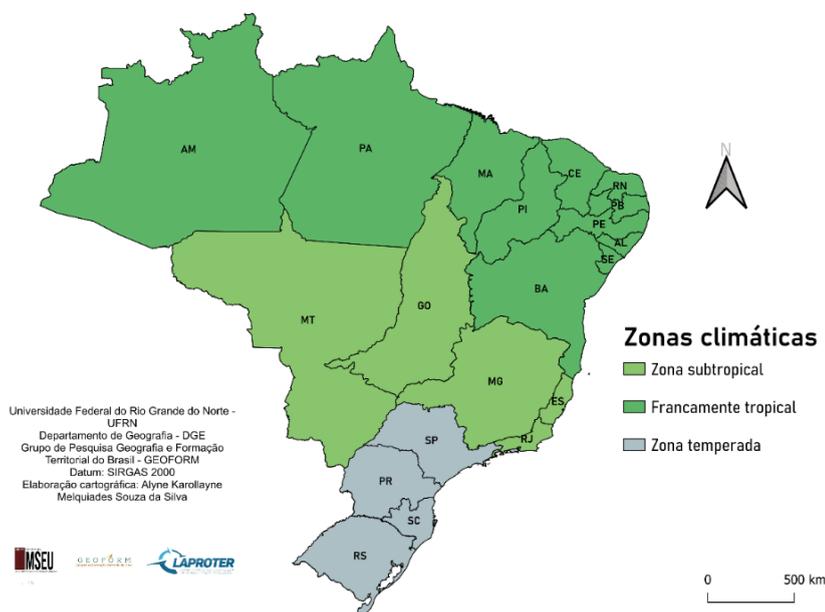
Desse modo, em um primeiro momento, já em sua grande obra, Os Sertões, ele aborda o território nacional a partir de um conjunto de condições físicas, dividindo assim em “três habitat distintos” (CUNHA, 2017, p.97), conforme passagem abaixo:

Um clima é como que a tradução fisiológica de uma condição geográfica. E definindo-o deste modo concluímos que nosso país, pela sua própria estrutura, se impropria a um regime uniforme. Demonstram-no os resultados mais recentes, e são os únicos dignos de fé, das indagações meteorológicas. Estas o subdividem em três zonas claramente distintas: a francamente tropical, que se expande pelos estados do norte até o sul da Bahia, com uma temperatura média de 26°; a temperada, de São Paulo ao Rio Grande, pelo Paraná e Santa Catarina entre as isoterma de 15° e 20°; e, como transição, a subtropical, alongando-se pelo centro e norte de alguns estados, de Minas ao Paraná. Ai estão, claras, as divisas de três habitats distintos (CUNHA, 2017, p.97).

De acordo com a Figura 01, é possível observar essas zonas de habitação por intermédio da análise climática apontadas por Euclides da Cunha.

<sup>8</sup> Não é o momento de tratar, pormenorizadamente, este caminho de tentativa de mapear o Brasil conforme Euclides da Cunha; porém, é necessário ressaltar que, na busca de outros caminhos possíveis de leitura da obra, há um esforço de enfatizar que os textos do autor tem um saber geográfico caro ao pensamento da ciência geográfica no Brasil. Em ambos os livros, o literato é capaz de dialogar e expor temáticas que perpassam as desigualdades sociais, a existência de trabalho semi-escravo, através das figuras dos vaqueiros e dos seringueiros, a presença do poder estatal nas áreas mais limitrofes, assim como a organização espacial do país naquele contexto do final do século XIX e início do XX. Dessa forma, entende-se que o cenário que se é exposto fornece caminhos para compreender elementos ainda presentes na realidade atual, assim como os fundamentais de um pensamento geográfico de base nacional.

**Figura 1 : Brasil – Zonas de habitação por intermédio da análise climática em Euclides da Cunha.**



Fonte: Cunha, 2017; Elaboração: autores, 2023.

Reitera-se, então, que, para Euclides, essas três zonas são denominadas de Francamente Tropical, Zona Temperada e Zona Subtropical. Com relação a primeira, observamos ser constituída pelas províncias do Amazonas (AM), Pará (PA), Maranhão (MA), Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba do Norte (PB), Pernambuco (PE), Alagoas (AL), Sergipe (SE) e Bahia (BA). Já a Zona Temperada, tem nas províncias Santa Catharina (SC), Paraná (PR), Rio Grande do Sul (RS) e São Paulo (SP) na sua composição. Por fim, a Zona Subtropical é composta por Minas Geraes (MG), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), Goyaz (GO) e Matto Grosso (MT)<sup>9</sup>.

Em conjunto, estas três zonas de habitação possuem nos aspectos climáticos a condição central, projetando-se da seguinte forma:

A francamente tropical, que se expande pelos estados do norte até ao sul da Bahia, com uma temperatura média de 26°; a temperada, de São Paulo ao Rio Grande, pelo Paraná e Santa Catarina, entre as isothermas de 15° e 20°; e, como transição, a subtropical alongando-se pelo centro e norte de alguns estados, de Minas ao Paraná. (CUNHA, 2017, p.97).

<sup>9</sup> É importante destacar que o ordenamento jurídico que configurava o território do Brasil, no final do século XIX, contava com 20 distritos, além do Município Neutro (capital nacional), sendo eles: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás. Nessa perspectiva, é válido ressaltar que ao apresentar a visão de Euclides da Cunha sobre o território nacional, e que se encontra inserida no livro *Os Sertões*, e presente na figura 1, observa-se um país que não contava com o estado do Acre, este só sendo integrado ao país a partir de 1903. Já no mapeamento das figuras 2 e 3, observa-se a referida província na parte do território nacional, e que o autor aborda no livro *À Margem da História*.

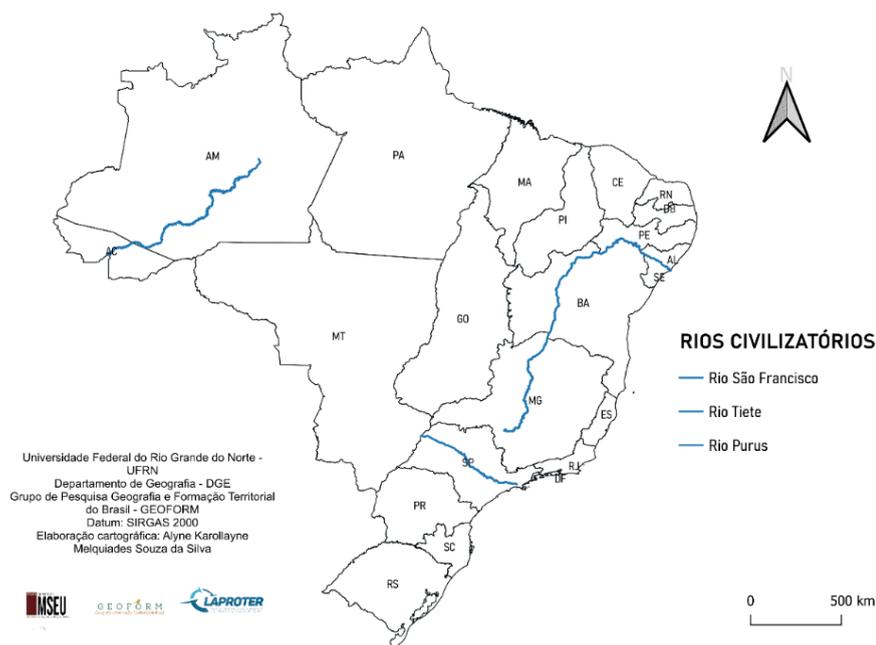
Salientamos que, em Euclides, essa perspectiva permitiu um caminho reflexivo e analítico para explicar o povoamento do território brasileiro. A partir dessa delimitação ambiental, o autor aborda todas as extensões do país, incluindo as áreas mais insuladas, como Mato Grosso, Goiás e as regiões mais limítrofes ao sul, como Rio Grande, Paraná e Santa Catarina.

Em sua visão, essa configuração só se fez plausível devido a atuação dos rios civilizatórios, assim foi enfático:

A terra atrai o homem; chama-o para o seio fecundo; encanta-o pelo aspecto formosíssimo; arrebatá-o, afinal, irresistivelmente, na correnteza dos rios. Daí o traçado eloquentíssimo do Tietê, diretriz preponderante, nesse domínio do solo. Enquanto no São Francisco, no Parnaíba. [...] Era uma penetração em Minas, em Goiás, em Santa Catarina, no Rio grande do Sul, no Mato Grosso, no Brasil inteiro (CUNHA, 2017, p.108).

A Figura 02 representa a espacialização dos rios São Francisco, Tiete e Purus e que abre caminho para análise do povoamento brasileiro.

**Figura 02 : Brasil – Rios civilizatórios, segundo Euclides da Cunha**



Fonte: Cunha, 2017, 2021; Elaboração: autores, 2023.

A partir da Figura 02, nota-se que esses três corpos d'água eram os responsáveis pelo processo da ocupação humana no espaço geográfico brasileiro, refletindo um acontecer histórico e territorial que vem desde “os lineamentos mais claros da expansão colonial”

(CUNHA, 2017, p.108). Com isso, o arranjo espacial do Norte brasileiro organizou-se, preponderantemente, desde os seus primórdios, a partir do papel exercido pelos rios Purus e o São Francisco. Já o rio Tiete influenciou o processo de ocupação territorial do Sul.

Nessa concepção, tais rios exercem uma função da continuidade histórico-territorial da formação do Brasil, onde, em específico, o São Francisco, possibilitou que houvesse um certo processo de ligação de áreas no país, ao levar “[...] os homens do sul ao encontro dos homens do norte, o grande rio erigia-se desde o princípio com a feição de um unificador étnico, longo traço de união entre duas sociedades que não se conheciam” (CUNHA, 2017, p.119).

Nesse prisma, ao longo do Rio São Francisco, se delineava os caracteres centrais de ambos os povoamentos, possuindo em sua região média “a terra clássica do regime pastoril” (CUNHA, 2017, p.118), que conferia aos Sertões sua face central. Ao mesmo tempo, é esse mesmo curso d’água que se torna sede da expansão mineira e, em seu curso inferior, passa a ser o caminho das missões jesuíticas<sup>10</sup>. Atrelado a isso, o rio Tiete estabeleceu sua relevância com profusão e sucesso das bandeiras, tendo em vista ter sido o “mais próprio à penetração colonizadora, se tornou o caminho predileto dos sertanistas” (CUNHA, 2017, p.117).

Em contrapartida, o rio Purus, era um “enjeitado”, refletindo os aspectos da colonização da selva nortenha – o Amazonas. Na perspectiva do autor, era necessário “incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele se dera, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, uma das mais arrojadas linhas da nossa expansão histórica” (CUNHA, 2021, p.45). Este, como reflexo puro de sua localização, era a imagem de um futuro a ser construído, uma sociedade a ser civilizada, e, acima disso, um território a ser conquistado<sup>11</sup>.

Portanto, entende-se que o meio e as condições hidrográficas foram um fator relevante na penetração e organização do território brasileiro, segundo a visão de Euclides da Cunha. O papel dos rios e das condições climáticas possibilitaram a visão de um arranjo espacial da

<sup>10</sup> Na visão do escritor, a penetração do território se deu a três fatores iniciais, as missões jesuíticas ao norte e as bandeiras mais ao sul, ambas interligadas ao fator hidrográfico. Nesse caminho, os primeiros responsáveis por penetrarem e retratarem os sertões foram os missionários ao percorrerem o São Francisco e fomentarem ao longo de seu curso a criação de pequenos povoados e aldeamentos (CUNHA, 2017).

<sup>11</sup> Embasado nas concepções iluministas europeias, o autor recorre constantemente a noção de progresso e de modernidade. Para ele, esse era um estágio natural a ser atingido pelos países modernos, uma vez que ao comparar a realidade nacional com a dos países europeus, entendia-se que o futuro do Brasil residia nos signos da evolução projetados por esses locais.

nação que reforça a posição de um escritor próximo das concepções e das reflexões que eram postas em sua época<sup>12</sup>.

No entanto, se faz necessário destacar que Euclides não considerava apenas os fatores físicos para compreender a configuração territorial do Brasil. Isso se faz perceptível na medida em que, ao decorrer de *Os Sertões e À Margem da História*, os territórios e as territorialidades são constantemente colocados dentro de uma visão de Sertão-Litoral ao se referir ao Brasil. Ao mesmo tempo, a concepção de uma visão entre Norte e Sul, colocando em contraposição o desenvolvimento econômico e material das províncias de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro como parte meridional da nação.

Com efeito, a Amazonas, Pará, Acre, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia se constituiriam como áreas que compõe a divisão setentrional e na condição de realidade socioterritoriais mais vulneráveis e atrasadas. Desse modo, o autor afirma:

Enfeudado o território, dividido pelos donatários felizes, e iniciando-se o povoamento do país com idênticos elementos, sob a mesma indiferença da metrópole, voltada ainda para as últimas miragens da “índia” portentosa, abriu-se separação radical entre o sul e o norte. Não precisamos rememorar os fatos decisivos das duas regiões. São duas histórias distintas, em que se averbam movimentos e tendências opostas. Duas sociedades em formação, alheadas por destinos rivais – uma de todo indiferente ao modo de ser da outra, ambas, entretanto, evoluindo sob os influxos de uma administração única. [...] capitânias esparsas e incoerentes, jungidas à mesma rotina, amorfas e imóveis, em função estreita dos alvarás da corte remota (CUNHA, 2017, p. 106; grifo dos autores).

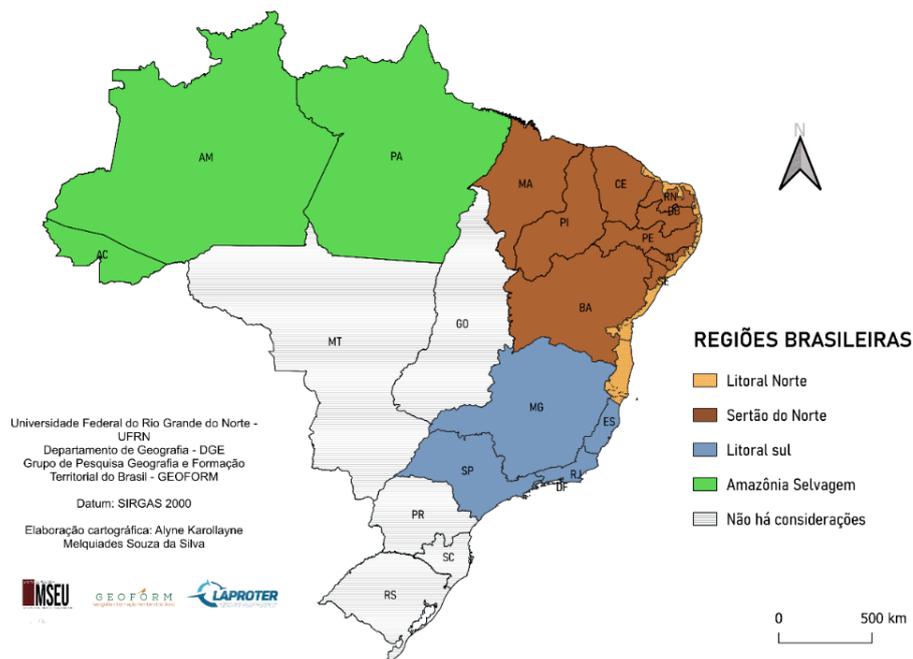
Tais colocações permitem uma construção, também, imaginária da nação, possibilitando uma dilatação dos aspectos geográficos mediante a separação socioterritorial, tornando o Brasil quando como “uma ficção geográfica” (CUNHA, 2017, p.493).

Nesse entendimento, a Figura 03, retrata bem as colocações acima.

---

<sup>12</sup> Euclides se autointitulava enquanto um homem de ciência, partilhando assim das concepções que advinham de modelos teóricos de sua época. Tal característica de seu pensamento fica clara em suas cartas, em específico a enviada a Araripe Jr. Em uma delas, Euclides confirma ser “um discípulo de Gumplowicz, aparadas todas as arestas duras daquele ferocíssimo gênio saxônico.” (CUNHA, 1903, s/n). Desse modo, entende-se que o autor encontrava em elementos pertencentes ao “Darwinismo social, o Determinismo de Taine, o Evolucionismo de Spencer, o Positivismo de Comte e Littré” (DIAS, 2017, p.136), fundamentos para redigir suas considerações.

**Figura 3 : Brasil – Regionalização segundo Euclides da Cunha**



Fonte: Cunha, 2017, 2021; Elaboração: autores, 2023.

Na Figura 03, tem-se uma visão do Brasil dentro de uma divisão em quatro regiões, sendo elas: Litoral Norte, Sertão do Norte, Amazônia Selvagem e Litoral Sul. Nessa perspectiva, Euclides traz o enfoque para três elementos básicos: a) o tipo de povoamento e sua formação, b) a atividade econômica, c) a visão centro-periferia.

Nessa direção, a Amazônia Selvagem, que compreende o Acre, o Amazonas e o Pará, é vista como uma área com pouca densidade populacional, marcadas por um sistema de economia extrativista e uma fisiografia que possui vastas florestas e rios. Para Euclides, esses habitats são novos, onde “o Acre, ou em geral, as planuras amazônicas cindidas a meio pelo longo sulco do Purus, tem talvez a letalidade vulgaríssima em todos os lugares recém-abertos ao povoamento. Mas consideravelmente reduzida” (CUNHA, 2021, p.49).

Tais colocações do autor, mostram não somente a posição de um evolucionista ao ler a formação do território na Amazônia, mas de um poeta que traz a perspectiva de territorialidades em uma terra “infante” e que simboliza o seu afastamento para com o povo que lá habita com o resto do país:

Assombram-no, do mesmo lance, a face desconhecida da paisagem e o quadro daquela sociedade de caboclos titânicos que ali estão construindo um território. Sente-se deslocado no espaço e no tempo; não já fora da pátria, senão arredio da cultura humana, extraviado num recanto da floresta e num desvão obscurecido da História (CUNHA, 2021, p.48).

Se faz válido destacar, também, que Euclides aponta que a sua população é um misto entre migrantes vindos do sertão nordestino, de modo que “As gentes que a povoam talham-se pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam. [...] Estão amassando o deserto.” (CUNHA, 2021, p.48).

Nesta mesma perspectiva, Euclides olha para o Litoral Norte, que abarca as capitâneas litorâneas, e algumas vilas em sua proximidade, como o local das centralidades do Brasil, onde dominam a monocultura açucareira e o coronelismo, refletindo assim a “decadência da metrópole e todos os vícios de uma nacionalidade em decomposição insanável (CUNHA, 2017, p.109). O Litoral Norte é constituído por um conjunto de territorialidades que está sempre voltada as concepções externas, sendo incapaz de voltar seu olhar para dentro de si. Desconhecendo a complexidade dos outros territórios, o Litoral Norte é marcado pela manutenção da estrutura interna ainda semelhante a colonial e tendo uma configuração esparsada, devido à distribuição latifundiária, e que apresenta extensos vazios demográficos.

Em contraponto, o Sertão do Norte, na perspectiva euclidiana, abarca o interior dos estados nordestinos, e é delimitado pela influência do regime pecuário que tem origem na extensa zona de criação de gado que margeiam o Rio São Francisco. Este local foi submetido a um insulamento, em razão de suas condições climáticas, orográficas e ecológicas, que foi determinante em sua formação histórico-territorial.

Tal afastamento geográfico implicou em condições sociais, fazendo com que ali emergisse uma população diversa e díspar do que podemos encontrar no litoral, tendo em vista que “ali ficaram, inteiramente divorciados do resto Brasil e do Mundo, murados a leste pela serra Geral, tolhidos no ocidente pelos amplos campos gerais, que se desatam para o Piauí e que ainda hoje o sertanejo acredita sem-fins.” (CUNHA, 2017, p.121).

Ainda na Figura 03 é possível observar diversidade ambiental e social dos diversos territórios no Brasil, partir do Litoral Sul. Para Euclides, este se apreende pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Ao contrário do Norte, este representa a visão moderna da sociedade, é nele que está contido o centro da civilização brasileira, a capital do Rio de Janeiro. Possui uma forte densidade populacional em relação ao restante do país e é o centro da racionalidade nacional, na medida em que se observa os maiores centros institucionais e a maior camada intelectual e letrada.

Tais colocações permitem compreender, dentro de uma perspectiva de linguagem literária e cheia de imagens do território nacional, que o Sertão seria aquela porção do território brasileiro formado por tudo que se configura longe dos moldes determinados pelo progresso. Ou seja, Euclides coloca como sendo uma área distinta do centro difusor da modernidade brasileira, presente no Litoral Sul. Nessa perspectiva, áreas sertanejas abarcam todos os locais extremados, de difícil acesso e com pouca densidade populacional, configurando-se por meio de territorialidades de um regime pecuário, extrativista ou de subsistência.

Assim, o autor coloca seu olhar sobre o Sertão:

Está-se no ponto de tangência de duas sociedades, de todo alheias uma à outra. O vaqueiro encourado emerge da caatinga, rompe entre a casaria desgraciosa, e estaca o campeão junto aos trilhos, em que passam, vertiginosamente, os patrícios do litoral, que não o conhecem. Os novos expedicionários ao atingirem-no perceberam esta transição violenta. Discordância absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o ritmo de nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. (CUNHA, 2017, p.492; grifo dos autores).

Em contraponto, o Brasil Litoral, com destaque ao Litoral Sul, é o berço da civilização que detém todos os aspectos “iluminados” da modernidade humana. Sua principal referência para isso são as capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador, ambientes que possuem a maior concentração de pessoas e institutos científicos.

Por fim, apresenta-se no mapa uma área não considerada por Euclides da Cunha em seus escritos, se tomamos em consideração a forma de povoamento, a atividade econômica e a sua concepção de centro-periferia. Esse local é caracterizado em sua narrativa por uma imagem de ausência populacional, quase como um vazio de existência. Mesmo incorporando elementos do quadro geobotânico em sua leitura do Brasil, por meio de uma fisiografia do meio, o escritor não a expõe em sua visão de território quando observa a forma de ocupação do homem no espaço geográfico. Assim, entende-se que tais locais fazem parte dos limites físicos nacionais, porém não estão inseridos na dinâmica social do país.

Desse modo, a interpretação da formação histórico-territorial do Brasil em Euclides da Cunha, e presente nos livros *Os Sertões* e *À Margem da História*, perpassava, em certa medida, a concepção de atraso nacional, isso porque, tenta retratar e delinear a realidade, a partir dos condicionantes singulares da formação e os elementos que impossibilitavam o seu desenvolvimento. Dessa forma, questões como desigualdades regionais, divisão do trabalho, fatores econômicos, questões migratórias, o meio e, principalmente, o distanciamento do

poder público e da sociedade litorânea são, em seu entendimento, centrais para entender a estruturação da sociedade no território.

Nessa perspectiva, o olhar fundante de Euclides da Cunha demonstra que as diferenças culturais e sociais se manifestam territorialmente, refletindo de forma direta no arranjo espacial brasileiro. Tal caminho interpretativo possibilita, também, uma leitura do Brasil por meio de formas reais e simbólicas.

Com um reportório que unia racionalismo e subjetividade, Euclides não só valorizou o meio natural, mas trouxe luz aos aspectos sociais que marcavam os territórios no país. Logo, a capacidade de descrição da sociedade, do território e da natureza tropical é um atributo que ganhou forma por meio de simbologias que perpassaram os seus escritos. Euclides da Cunha olha para o Brasil e apresenta uma interpretação que permeou uma leitura do arranjo social e territorial daquele período, onde, a linguagem científica e poética era permeada pela capacidade imaginativa e pela narrativa subjetiva e racional.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As obras *Os Sertões* e *À margem da História*, de Euclides de Cunha, oferecem uma oportunidade de análise da sociedade e do país no século XIX e início do XX, uma vez que o autor apresentou uma teoria interpretativa da formação histórico-territorial do Brasil. Por meio de uma análise com forte dimensão espacial, o escritor apontou elementos para as diferentes formas de organização e ocupação humana no espaço geográfico brasileiro.

Com efeito, a sua produção literária apresenta um imenso saber geográfico, uma vez que foi capaz de traduzir aspectos da sociedade, do território e da natureza tropical. Nesse sentido, e dentro de um contexto de ausência de ciências sociais institucionalizadas no século XIX e início do XX, os escritos do autor apontavam para elementos para compreender as marcas profundas e inerentes a nossa natureza de formação.

Dessa forma, a leitura da formação histórico-territorial do Brasil, por meio desse olhar espacial em Euclides da Cunha, permite não só afirmar os parâmetros da lógica da racionalidade científica e da subjetividade poética do autor, e que marcaram o quadro dos escritos do período, como também mostra a possibilidade de um profícuo debate que abre caminho para pensar como escritos não geográficos também se apresentam com forte

arcabouço histórico e espacial, principalmente, por apresentarem as representações do povo e do território do Brasil.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo financiamento desta pesquisa; e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) pela infraestrutura e pelo apoio logístico disponibilizados ao desenvolvimento das nossas pesquisas..

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, M, C. **O pensamento geográfico e a realidade brasileira**. Boletim Paulista de Geografia. AGB, São Paulo, n. 54, junho de 1977, pp. 05-25.
- AMORY, Frederic. **Euclides da Cunha**: Uma odisséia nos trópicos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
- BERNUCCI, L. M. **A ontologia discursiva de Os sertões**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 1998.
- CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro. Ouro Sobre Azul, 2006.
- CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 6. ed. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Ltda, 2000.
- CARVALHO, J. M. 2012. “As marcas do período”. IN: **A construção nacional: 1830 1889**, coordenado por José Murilo de Carvalho, 19-35. Rio de Janeiro: Objetiva.
- CASTRO, I. E. 2006. **Do imaginário tropical à política**: a resposta da Geografia brasileira à história da maldição. Scripta Nova, v, X. 218 (11). <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-11.htm>.
- COSTA E SILVA, a. 2020. As marcas do período. IN: **Crise colonial e independência: 1808-1830**, coordenado por Alberto da Costa e Silva. Rio de Janeiro: Objetiva.
- CUNHA, E. **Os Sertões**: Campanha de Canudos. São Paulo. Editora Martin Claret, 2017.
- CUNHA, E. **Caderneta de Campo**; introdução, notas e comentário Olímpio de Souza. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

CUNHA, E. [Correspondência]. **Destinatário: José Veríssimo**. Lorena, 3 dez. 1902. cartão pessoal.

CUNHA, E. [Correspondência]. **Destinatário: Araripe Júnior**. Lorena, 27 fev. 1903. cartão pessoal.

CUNHA, E. **Prefácios e críticas**. EUCLIDESITE. Obras de Euclides da Cunha. Discursos e entrevistas. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://euclidesite.com.br/obras-de-euclides/discursos-e-entrevistas/>. Acesso em: [15 de mai. de 2023].

CUNHA, E. **Amazônia** – Um paraíso perdido. Organização: Tenório Telles. 3 ed. Manaus: Editora Valer, 2021.

CUNHA, E. **Na Amazônia** [Entrevista concedida ao] *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 1906.

DIAS, L. C. S. **O consórcio da ciência e da arte enquanto projeto estético norteador d’Os Sertões, de Euclides da Cunha**. *A Cor das Letras*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 133–148, 2017. DOI: 10.13102/cl.v10i1.1527. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/acordasleytras/article/view/1527>.

FACIOLI, V. **Os Sertões**: consórcio entre ciência e arte. IN: BERNUCCI,

L. M. (org.). **Discurso, Ciência e Controvérsia em Euclides da Cunha**. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Ensaio de Cultura).

GADAMER, H. G. **Verdade e Método I**. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Nova revisão da tradução por Enio Paulo Giachini. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HOBBSAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP; EDUSC. (Coleção Ciências Sociais), 2004.

OLIVEIRA, L. L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990. 208p.

SÁ, D. M. **A Ciência como Profissão**: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Ed. da Fiocruz, 2006. v. 1. 216p.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SOUSA NETO, M. F. **Geografia nos Trópicos**: histórias do naufrago de uma jangada de pedras? *Terra Livre*. São Paulo, n. 17, 119-138p, 2001.

VENTURA, Roberto. **Visões do deserto**: selva e sertão em Euclides da Cunha. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, [S.L.], v. 5, n., p. 133-147, jul. 1998. FapUNIFESP (SciELO).

*Recebido em Julho de 2022*

*Aprovado em Dezembro de 2023*

*Publicado em Dezembro de 2023*